



A Vila dos Pescadores do Jaraguá no site Gazetaweb e no jornal Gazeta de Alagoas: um mesmo sistema de comunicação, duas linhas editoriais¹

Salmom Lucas Monteiro COSTA²
Andréa Moreira Gonçalves de ALBUQUERQUE³
Universidade de Federal de Alagoas, Maceió, AL

Resumo

O que se pretende por em discussão neste artigo é a forma pela qual o site Gazetaweb e o jornal Gazeta de Alagoas, ambos da Organização Arnon de Mello - um dos maiores grupos empresariais de comunicação do Norte-Nordeste - se posicionam em relação a um mesmo fato jornalístico de grande repercussão na capital alagoana. É observado, por meio de leituras de matérias selecionadas, o tratamento editorial dado pelos dois veículos ao embate entre a Prefeitura Municipal de Maceió e os moradores da Vila dos Pescadores do Jaraguá. A análise será embasada nas Teorias do Jornalismo, com Felipe Pena, Nilson Lage e Nelson Traquina.

PALAVRAS-CHAVE: Teorias do Jornalismo; Vila dos Pescadores do Jaraguá; Maceió; Gazetaweb; Gazeta de Alagoas

Introdução

A discussão levantada no presente artigo faz parte dos desdobramentos inseridos numa investigação de iniciação científica, que vem sendo desenvolvida no grupo de pesquisa Urbe – Estudos da Cidade⁴. O trabalho, cujo título é “A Cidade de Papel: o conflito entre a Prefeitura de Maceió e os pescadores do Jaraguá nas páginas da Gazeta de Alagoas”, tem a intenção de comprovar que o referido jornal, veículo impresso de maior circulação no estado e proeminente formador de opinião local, se constitui em um instrumento de configuração da cidade, à medida que constrói imagens de lugares e agentes sócio-espaciais.

A Vila dos Pescadores do Jaraguá, localizada no bairro histórico de Jaraguá em Maceió, é uma comunidade tradicional de pescadores artesanais e que, nos últimos anos, durante os dois mandatos do então prefeito Cícero Almeida⁵, engendrou um

¹ Trabalho apresentado no IJ 01 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 12 a 14 de junho de 2013.

² Estudante de Graduação do 8º semestre do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFAL, email: salmom.monteiro@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora e vice-coordenadora do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Alagoas. Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal de Pernambuco. Email: jornalista.andreamoreira@yahoo.com.br

⁴ Anteriormente denominado Grupo de Estudos de Problemas Urbanos, da Universidade Federal de Alagoas, UFAL.



embate - iniciado pela Prefeitura - repercutido em todos os veículos de comunicação do estado. Por um lado, a municipalidade e agentes do capital vinculados ao turismo com o um projeto de remoção completa das habitações para, na área desocupada, construir uma suposta marina e um terminal de passageiros do Porto de Maceió, pelo outro, famílias reivindicando o direito de permanecerem no lugar onde vivem há décadas e possuem identidades e laços sociais enraizados no espaço.

O trabalho tem como objetivo fazer uma leitura apurada e comparar duas matérias jornalísticas sobre um mesmo assunto, publicadas em diferentes meios. A primeira reportagem foi vinculada pelo site Gazetaweb, no dia 4 de outubro de 2009, quando, em meio a muitos protestos dos moradores, a Prefeitura assinou a ordem de serviço para a construção do novo conjunto habitacional para onde as famílias seriam transferidas. A segunda, do jornal Gazeta de Alagoas, foi posta em circulação no dia 11 de março de 2012, na época em que deu-se início ao processo definitivo de remoção. Ambos os veículos pertencem a Organização Arnon de Melo, sistema de comunicação líder de audiência em Alagoas e um dos maiores do Norte-Nordeste do país, cujo dono é o ex-presidente e atual senador da República Fernando Collor de Melo.

A objetividade, valor tão difundido no jornalismo, passa uma ideia de informação isenta de opinião, em oposição à subjetividade (PENA, 2005). Contudo, nos meios de comunicação verificados, nota-se um tratamento diferenciado sobre o caso. Na mídia digital, apesar das publicações serem na maioria das vezes resumidas devido à instantaneidade da plataforma, foi feita uma matéria extensa, de 30 parágrafos, onde todas as partes envolvidas direta ou indiretamente ao caso tiveram espaço: moradores, líder comunitária, um estudioso de conflitos antigos e atuais da comunidade, autoridades (as fontes oficiais, como secretário e prefeito) e até a polícia consultada para falar sobre um suposto tráfico de drogas na região.

Já numa edição de domingo do impresso, o assunto foi destaque na capa e uma grande reportagem, dividida em quatro textos temáticos, ganhou as páginas do jornal. A matéria trouxe informações sobre o projeto de reurbanização da orla, os possíveis investimentos na região com a desocupação da Vila e a resistência das famílias em permanecerem na área. Diferentemente do site, que consultou diversas fontes, a Gazeta de Alagoas priorizou a fala das autoridades interessadas na remoção da comunidade dos pescadores.

⁵ O primeiro mandado foi do dia 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2008 e o segundo de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012.



Portanto, com o aporte das Teorias do Jornalismo e o recorte dado aos conteúdos noticiosos, este artigo se debruça em analisar quais os enquadramentos predominantes no site Gazetaweb e no jornal Gazeta de Alagoas e observar também que, apesar dos veículos pertencerem a um mesmo sistema de comunicação, produzem uma estruturação discursiva parcial dicotômica favorável e contra a permanência dos moradores na Vila dos Pescadores do Jaraguá.

A subjetividade do discurso imparcial no jornalismo

A objetividade no jornalismo é uma forma uniformizada dos jornalistas constituírem um discurso - bastante propagado ideologicamente – imparcial das informações difundidas nos meios de comunicação de massa. A notícia apurada nos cânones técnicos noticiosos passa uma ideia de exatidão dos fatos, neutra, isenta de qualquer tipo de opinião do repórter, estruturalmente padronizada e com uma adesão a procedimentos de rotina.

Entretanto, os profissionais da imprensa, assim como qualquer ser humano, possuem crenças, ideologias, pré-conceitos, visão de mundo e juízos de valores que, inevitavelmente – e, sobretudo nos veículos impressos –, serão inseridos nas produções noticiosas, por mais imparciais que os repórteres intencionam ser. Além da bagagem cultural que os jornalistas carregam, pesa também os interesses e a linha editorial da empresa onde atuam.

Segundo Felipe Pena (2005), a dicotomia entre objetividade e subjetividade faz do conceito um dos mais discutidos no jornalismo. Para o autor, a objetividade “é definida em oposição à subjetividade, o que é um grande erro, pois ela surge não para negá-la, mas sim por reconhecer a sua inevitabilidade” (PENA, 2005, p. 50). O problema de interpretação da teoria estaria em afirmar que os jornalistas escrevem de forma extremamente neutra e objetiva.

Para enquadrar o modo particular de o repórter ver e relatar os acontecimentos, uma metodologia de trabalho foi criada, com uma série de procedimentos - como o *lead* e o modelo da pirâmide invertida, por exemplo -, para legitimar e dar credibilidade à notícia. Pena (2005) afirma que

A objetividade, então, surge porque há uma percepção de que os fatos são subjetivos, ou seja, construídos a partir da mediação de um indivíduo, que tem



preconceitos, ideologias, carências, interesses pessoais ou organizacionais e outras idiosincrasias. E como estes não deixarão de existir, vamos tratar de amenizar sua influência no relato dos acontecimentos. (PENA, 2005, p. 50)

A objetividade na apresentação dos fatos não é, então, a negação da subjetividade, “mas uma série de procedimentos (...) para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho” (TRAQUINA, 2005, p. 139). Portanto, encontram-se no texto jornalístico métodos objetivos trabalhados para legitimar o discurso, porém, a notícia “nunca esteve tão carregada de opiniões” (PENA, 2005, p. 51).

Partindo desse substrato, a inevitabilidade de marcas textuais que apontam imparcialidade nas notícias torna-se algo constante e praticamente impossível de se evitar no jornalismo, “pois não há como transmitir o significado direto (sem mediação) dos acontecimentos” (PENA, 2005, p. 128). A teoria da Análise do Discurso afirma que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (ORLANDI, 1999, p. 17). Contudo, mesmo considerando que a linguagem jornalística não é transparente, durante a produção ‘mecanizada’ da informação, o conceito da objetividade não pode ser ignorado pelo profissional fomentador da opinião pública.

Segundo Traquina (2005), os jornalistas para encobrir uma suposta parcialidade e mostrarem-se isentos de interesses pessoais, mercadológicos ou de qualquer outro tipo, “acreditam que podem mitigar pressões contínuas (...) com argumentação de que seu trabalho é “objetivo” porque foram seguidos procedimentos identificados com a objetividade” (TRAQUINA, 2005, p. 139). O autor parte do princípio de que os repórteres têm de ser capazes de identificar os “fatos”, embora, muitas vezes, são adotadas estratégias de produção de sentido onde algumas pretensões de verdade não sejam facilmente verificáveis.

Por exemplo, uma fonte (Fonte A) afirma “X”. O jornalista não consegue confirmar esta afirmação. Muitas vezes, o jornalista só pode determinar que a fonte A disse “X”. Os jornalistas vêem a afirmação “A disse X” como um “fato”, mesmo que “X” seja falso. Mas isto cria problemas tanto ao jornalista como à empresa jornalística, porque o leitor quer supostamente saber se “X” é um “fato”, porque o leitor pode acusar tanto o jornalista como a empresa jornalística de parcialidade, caso não seja apresentada uma opinião contrária. Mesmo que o jornalista não consiga por si só confirmar a veracidade da informação da Fonte “A”, ele ou ela podem perguntar à fonte “B” a sua posição. Ao apresentar tanto a versão da Fonte “A”, como a da Fonte “B”, o jornalista pode, então, reivindicar que foi “objetivo” porque apresentou “os dois lados da



questão” sem favorecer qualquer indivíduo ou partido político. (TRAQUINA, 2005, p. 141-142)

Os jornalistas preferem a fala das fontes oficiais para legitimar e dar credibilidade às informações noticiadas, sem ao menos, em alguns casos - como observado nos veículos analisado do presente artigo -, verificar se de fato o que está sendo afirmado é verídico. A fala instituída da autoridade e o poder que ela representa tornam-se mais importantes do que as suas próprias afirmações. Para Pierre Bourdieu (1989), o que faz o poder das palavras de ordem, “poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIEU, 1989, p. 15).

A partir do momento que o jornal Gazeta de Alagoas dá destaque a declarações de autoridades que afirmam que a região da Vila dos Pescadores do Jaraguá afasta investimentos na região e representa uma “sujeira” que os turistas “podem ver como descaso” do poder público, o impresso ao invés de esclarecer, confunde a opinião pública, sinaliza um discurso parcial e, conseqüentemente, constrói uma imagem negativa do lugar.

A Vila

A Vila dos Pescadores do Jaraguá localiza-se na Orla Marítima de Maceió entre a Rua Industrial Cícero Toledo e a região portuária. É identificada por historiadores como berço da capital alagoana devido aos indícios de que a história do lugar se confunda com a vila de pescadores e o surgimento do Engenho Maçayó, que deu nome à cidade.

A pesca era a atividade mais antiga do bairro, na verdade o que deu origem ao lugar. Muitos atribuem o crescimento do local ao desenvolvimento comercial, mas há quem sustente que a origem do bairro está totalmente vinculada à presença da vila dos pescadores. (PEREIRA, 2005, p. 84)

A comunidade é formada por mais de 450 famílias, das quais, hoje, apenas um quarto vive da pesca. A área foi favelizada a partir da década de 1990, quando o Estado, por meio da Secretaria de Habitação, abrigou flagelados de vários setores da cidade em



um antigo armazém da Cibrazen⁶. Ao introduzir, na área, moradores desconectados da atividade pesqueira, os vínculos sociais se fragilizaram.

Nos últimos anos se acentuou a pressão da Municipalidade para que os moradores desocupem o lugar, embora o Ministério Público Federal⁷ tenha assegurado que a comunidade tem o direito de permanecer no local, uma vez que o assentamento se encontra em terras da União e, de acordo com a Lei Orgânica do Município⁸, seus moradores não podem ser retirados sem consentimento.

Diante desse quadro, a Prefeitura de Maceió, durante os dois mandatos do então prefeito Cícero Almeida, não eximiu esforços no sentido de gerar um convencimento da população para conseguir a remoção da Vila por diversos meios. Os serviços públicos foram precarizados ou até suspensos, como a coleta de lixo e o saneamento. A Municipalidade adotou estratégias de pressão sobre os moradores não só apontando supostas desvantagens em permanecerem na área, mas fazendo ameaças de destruir as casas. Embora os grupos interessados com a remoção ignorem ou até mesmo desconheçam a importância da Vila do Jaraguá, a destruição poderá extinguir em Maceió

uma parte da gênese da cidade litorânea, eliminar provas materiais de suas raízes, além de comprometer vínculos afetivos, comunitários e desarticular uma cadeia produtiva significativa, essencial à sobrevivência da comunidade e representativa de uma tradição em Maceió. Um risco à preservação material e imaterial de Alagoas, do Nordeste e do Brasil. (ALBUQUERQUE; ALBUQUERQUE; PEIXOTO, 2012)

A construção de um conjunto habitacional de 450 apartamentos, localizado a três quilômetros da tradicional vila e em uma área de mar aberto incompatível com a realidade dos pescadores, intensificou o processo de remoção e, após as inúmeras estratégias usadas pela prefeitura para coagir os moradores, a comunidade ficou dividida entre os favoráveis e os contra a transferência. Até que no dia 21 de maio de 2012, depois de anos marcados por conflitos, deu-se início a mudança das 382 famílias cadastradas no município.

⁶ Era uma antiga fábrica de gelo.

⁷ No site: <http://tnh1.ne10.uol.com.br/noticia/maceio/2010/02/04/83715/mpf-de-al-recomenda-que-vila-dos-pescadores-de-jaragua-continue-sob-dominio-da-uniao> Acesso 11 mar. 2013.

⁸ Art. 109 – Aquele que possuir como sua, por mais de cinco anos consecutivos, área pública urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.



Apesar do esforço da Prefeitura para desocupar completamente o espaço e executar os anunciados projetos (construção da marina e do terminal de passageiros do Porto de Maceió), 38 famílias, representadas pela líder comunitária Maria Enaura da Silva, não concordaram com a mudança e permaneceram na local. Em entrevista concedida ao jornal Gazeta de Alagoas, Enaura defendeu que as melhorias deveriam ser feitas na própria vila, com saneamento, abastecimento de água, limpeza e coleta de lixo. (OLIVEIRA, 2012).

A mídia local acompanhou todos os desdobramentos do processo de remoção. Gestores públicos, através da figura do prefeito da cidade, do secretário municipal de Habitação e de outros grupos políticos e econômicos interessados com a saída da comunidade, aproveitaram a visibilidade que o caso teve na imprensa para propagar um discurso estigmatizante da Vila e tentar convencer a opinião pública de que o melhor para os moradores e a cidade seria a desocupação total da área habitada pelas famílias.

Ao observar o comportamento editorial da Gazetaweb e do jornal Gazeta de Alagoas, percebe-se, através do recorte dado, uma enunciação diferenciada sobre o caso. Enquanto a mídia on-line privilegiou os depoimentos da comunidade e fez uma apuração concisa baseada nos relatos das famílias que vivenciam o cotidiano da vila, o impresso priorizou a fala instituída das fontes oficiais que, segundo Pena (2005), a imprensa tende “a priorizar as opiniões dominantes, ou melhor, as opiniões que parecem dominantes, consolidando-as e ajudando a calar as minorias (na verdade, maiorias) isoladas” (PENA, 2005, p. 156) e, conseqüentemente, os jornalistas acabam cedendo “à tentação de escrever para a fonte e não o público” (TRAQUINA, 2005, p. 196). Resta saber para quais fontes e públicos o site e o jornal escreveram.

Análise dos veículos

Intitulada de “Pescadores de Jaraguá e Prefeitura de Maceió em ‘guerra fria’”, a matéria da Gazetaweb, de 30 parágrafos e dividida em três retrancas, do dia 4 de outubro de 2009, fez uma representação positiva da comunidade no embate com a Prefeitura de Maceió. Nota-se, no início do texto, um discurso com indícios de parcialidade em defesa dos moradores.

O site não deixa de apontar os problemas existentes na Vila. Entretanto, através da fala da presidente da Associação dos Pescadores do Jaraguá, Maria Enaura, o texto ressalta que a falta de saneamento e os assentamentos precários não justificam a



remoção das famílias, uma vez que melhorias ou até mesmo a edificação de novas moradias poderiam ser feitas na área já ocupada. No quinto parágrafo, o então secretário municipal de Habitação, Nilton Nascimento, afirmou que não poderia sanear o local. Apesar de que, de acordo com o site, “não tenha explicado qual era a dificuldade em questão” (OLIVEIRA, 2009).

Fica evidente que, através das citações proferidas, a Gazetaweb legitima e compõe o seu próprio discurso favorável aos direitos dos moradores da Vila. Para reforçar a notícia até mesmo com embasamentos científicos, o pesquisador Parmênides Justino, que cuja dissertação de mestrado mapeou o histórico de conflitos da comunidade, frisou os diversos motivos que levam o poder público a querer extinguir a teia social do lugar. Segundo Justino, haveria uma pressão por parte de grupos ligados ao comércio do setor turístico (como bares, restaurantes e hotéis) e também a existência de uma cultura de segregação, onde a população considerada pobre é conduzida à parte alta da cidade (OLIVEIRA, 2009).

A fim de construir uma imagem negativa do lugar, o secretário de Habitação aproveitou o espaço na mídia e declarou à reportagem que quem é contra a remoção dos moradores “são os traficantes”, juntamente com partidos políticos e uma “ONG de universitários” interessados na permanente miséria no local. Apesar das acusações, o veículo refutou que o secretário não soube identificar a que Organização se referia.

Sobre comunidade ser um dos principais focos de tráfico de drogas da capital, a Gazetaweb não se conteve apenas com a declaração instituída da autoridade. O site averiguou a informação junto ao distrito policial responsável pela segurança da região que abrange a Vila e constatou que as declarações do secretário Nilton Nascimento são falsas. Para mostrar aos leitores o quão a Prefeitura estaria sendo tendenciosa, a primeira parte da reportagem termina com a citação do pesquisador Parmênides Justino: “Para conseguir o que querem, eles tentam, de qualquer jeito, apelar pela desqualificação social e pela criminalização da pobreza, assim eles justificam esses atos” (OLIVEIRA, 2009).

Em uma entrevista exclusiva ao site, o então prefeito Cícero Almeida descartou a possibilidade de construir habitações no espaço ocupado pela comunidade e afirmou que a Prefeitura quer apenas melhorar o “visual da cidade”. Para encerrar, a jornalista autora da matéria deixa de lado o tom imparcial e, sutilmente, deixa clara a sua opinião sobre o caso:

Almeida utilizou de diversos argumentos para descartar totalmente a possibilidade de construir a nova vila no local onde está atualmente. “Não queremos tirar ninguém de suas casas, apenas melhorar o visual da cidade”, comentou, ao fim da entrevista, após ter reforçado as benfeitorias que surgirão com o surgimento da marina e com a remoção do que ele chama de ‘favela’. (OLIVEIRA, 2009)

Já a Gazeta de Alagoas posiciona-se de uma maneira parcial semelhante ao site, porém, com um enquadramento favorável à remoção da vila. O assunto ganhou destaque na edição do dia 11 de março de 2012 do impresso e foi manchete de capa. Quatro matérias temáticas - “Remoção de favela estimula investimento em Jaraguá”, “Terminal de passageiros é um sonho antigo”, “Comunidade continua resistindo à remoção” e “Projeto contempla apoio à pesca” – compuseram a reportagem especial de domingo.



Figura 1 – Capa da edição de domingo, do dia 11 de março de 2012. A manchete “Favela afasta investimentos em Jaraguá” teve uma ilustração estigmatizante da vila e a seguinte legenda: “Transferência de moradores da Vila dos Pescadores, em Jaraguá, permitirá a ampliação e a modernização do Porto de Maceió, que tem projetos de expansão”.

A principal matéria fala sobre os possíveis investimentos no bairro do Jaraguá com o fim da Vila. O texto apresenta já no seu início indícios de parcialidade favorável ao projeto de remoção: “A remoção das famílias que ocupam barracos e casebres é uma



“violência” para aqueles que se consideram nativos do local, mas encoraja que vê a área como um bom filão para futuros negócios” (OLIVEIRA, 2012). Nas linhas seguintes, os destaques dados aos planos da Prefeitura em transferir as famílias para um novo conjunto habitacional - “a menos de dois quilômetros do ponto onde estão hoje” (OLIVEIRA, 2012) -, a revitalização da orla de Jaraguá e a ampliação e modernização do porto, ajudaram a construir diversos sentidos na reportagem, contudo, todos avessos a continuidade da comunidade - sempre designada como “favela” - no local.

Para os defensores da teoria estruturalista do jornalismo, os meios de comunicação “definem para a maioria da população quais os acontecimentos significativos que ocorrem, mas, também, oferecem poderosas interpretações” (TRAQUINA, 2005, p. 177). Recorrendo a Cramsci, Nelson Traquina afirma que “as notícias, como parte da produção da indústria cultural, contribuem para a “hegemonia ideológica”” (TRAQUINA, 2005, p. 177). Houve nos textos um discurso ideológico hegemônico favorável aos supostos benefícios que o bairro histórico do Jaraguá ganharia com a remoção da Vila.

Algumas citações sinalizam a representação negativa da comunidade no jornal. Roberto Leone, administrador substituto do porto, afirmou: “Não temos conseguido avançar nesses projetos em função da favela” (OLIVEIRA, 2012). Sobre os investimentos que poderiam ser feitos na região portuária, Leone lamentou: “Mas bem à nossa frente está uma imagem negativa de nossa cidade. Investir ali nessa situação é impraticável” (OLIVEIRA, 2012). E continuou: “quem chega a Maceió pelo porto pode ver como descaso nosso toda aquela sujeira bem embaixo de seus pés” (OLIVEIRA, 2012). Segundo Traquina, “os media vêm, de fato, em última instância, a reproduzir as definições dos poderosos, sem estarem, num sentido simplista, ao seu serviço” (TRAQUINA, 2005, p. 178). Devido à rotinização do trabalho jornalístico e a famosa “hora do fechamento” do jornal, a imprensa prioriza e muitas vezes se contem apenas com as declarações institucionalizadas das fontes oficiais.

Segundo Hall, as pressões práticas de trabalho constantes contra o relógio e as exigências profissionais de imparcialidade e objetividade – combinam-se para produzir um exagerado acesso sistematicamente estruturado aos media por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas. O resultado desta preferência estruturada dada pelos media às opiniões dos poderosos é que estes “porta-vozes” se transformaram no que se apelidada de definidores primários. (TRAQUINA, 2005, p. 178)



Para Traquina (2005), na teoria estruturalista, os chamados “definidores primários” comandam a ação e, segundo Pena (2005), “a interpretação primária das fontes institucionalizadas define o rumo de qualquer notícia” (PENA, 2005, p. 154). Assim como na matéria principal, os demais textos apresentam estratégias discursivas parciais ao enunciarem e destacarem outras declarações preconceituosas das fontes institucionalizadas. Na reportagem “Terminal de passageiros é um sonho antigo”, foi feita uma breve análise das precárias condições do porto para receber turistas. A reurbanização da Zona Portuária, assim como um moderno terminal de passageiros, traria de volta as condições necessárias para atrair investimentos na região. Tudo isso, evidentemente, sem a presença da Vila. Mais uma vez Roberto Leone, administrador do porto, aproveitou o espaço do jornal para enunciar a sua visão pouco instruída sobre a comunidade: “Estamos abertos a quem tiver interesse em investir nesse empreendimento, que deve emplacar com a iminente remoção da favela” (OLIVEIRA, 2012).

Já no texto “Comunidade continua resistindo a remoção”, a líder comunitária Maria Enaura justifica os motivos que levam dezenas de famílias a quererem permanecer no local. Apesar do espaço concedido aos moradores, a matéria não deixa de sinalizar no discurso sua opinião sobre o assunto:

Mas nada convence a comunidade que se nega a ser removida, mesmo com a efetiva possibilidade de receber um imóvel nas proximidades do precário espaço que ocupam hoje. A denominação, vila ou favela, é o que menos importa diante da realidade de miséria urbana em que vivem centenas de pessoas. (OLIVEIRA, 2012)

Na última reportagem temática – “Projeto contempla apoio à pesca” -, há indícios de total desprezo à comunidade e até mesmo de agressividade no enunciado do veículo, quando, no primeiro parágrafo da matéria, o veículo enaltece a reurbanização da Zona Portuária de Maceió e que o projeto “só esbarrou na reação dos moradores da Favela do Jaraguá, que os estudiosos dos aglomerados urbanos preferem chamar de Vila dos Pescadores” (OLIVEIRA, 2012).

Nilson Lage (2005) afirma que “quem cita escolhe o que cita e, às vezes, de maneira mais ou menos sutil, assume posições em face da citação” (LAGE, 2005, p. 15). O conteúdo noticioso do jornalismo não é explicitamente coberto de ideologias, contudo, como averiguado nos veículos analisados, conduz o público a interpretar a informação de uma maneira pré-determinada pelos jornalistas.



Considerações Finais

Muito propagada ideologicamente na comunidade jornalística, a objetividade e a imparcialidade das notícias também são contestadas e constantemente debatidas por estudiosos da Comunicação. Constatou-se nos textos analisados do site Gazetaweb e do jornal Gazeta de Alagoas, que a neutralidade do texto objetivo é na verdade apenas uma uniformização das informações, um enquadramento textual que não anulou as opiniões – muitas vezes explícitas – dos dois veículos.

Sempre presente na mídia alagoana, Prefeitura de Maceió e Vila dos Pescadores do Jaraguá travaram uma verdadeira “guerra fria”, como bem frisou uma das reportagens. O assunto chamou a atenção da população e desencadeou uma série de discussões mediadas pela imprensa. Contatou-se nos enunciados que, constantemente, os jornalistas autores das matérias, visavam persuadir os leitores a uma interpretação que fosse de acordo com as suas concepções – sempre entrelinhas - sobre o caso. Por um lado, o site defendendo o direito dos moradores de permanecerem no local, por outro, o jornal defendendo que o melhor para a cidade e as famílias é a desocupação da área.

A partir dos estudos, foi possível identificar na Gazetaweb e na Gazeta de Alagoas construções textuais que sinalizaram uma estratégia discursiva extremamente parcial. No caso do impresso, por exemplo, com marcações que apontaram para uma fala estigmatizante do veículo, muitas vezes preconceituosa, favorável aos poderosos, calcada em princípios que negam a humanidade e o direito dos moradores em permanecerem na vila que, no sentido explícito, são tratados como “favelados” que atrapalham o projeto “dos sonhos” da prefeitura de reurbanização do bairro histórico do Jaraguá.

A discussão levantada no presente artigo propôs uma reflexão da parcialidade da mídia e que, até mesmo dentro de um sistema de comunicação, pode produzir discursos diferentes sobre um mesmo fato jornalístico. Resta saber quais critérios interferem durante o processo de construção da notícia e fazem com que a informação tenha um determinado enquadramento. Seria a opinião do jornalista? Apuração moldada nos interesses das fontes oficiais? Cultura organizacional da empresa? Ou um jornalismo preguiçoso que se contenta apenas com as declarações tendenciosas das fontes oficiais? Ficam as interrogações.



REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Andréa; ALBUQUERQUE, Augusto; PEIXOTO, Gabriela. **Jaraguá, uma vila de pescadores ameaçada**: a Violência Simbólica do Poder Público contra as comunidades periféricas. (2012). Disponível em: http://alaic2012.comunicacion.edu.uy/sites/default/files/gt15_albuquerque_andrea_0.pdf Acessado em: 02 de fev. 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 1ª Ed., Lisboa: Difel, 1989.

LAGE, Nilson. **Teoria e Técnica do Texto Jornalístico**. 4ª Ed., São Paulo: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, Bleine. Remoção de favela estimula investimentos em Jaraguá. Gazeta de Alagoas. Edição de 11 de março de 2012. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/acervo.php?c=198113> Acessado em: 01 de fev. 2013.

OLIVEIRA, Vanessa. **Pescadores de Jaraguá e Prefeitura de Maceió em ‘guerra fria’**. Gazetaweb. Edição de 04 de outubro de 2009. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/noticia.php?c=186876> Acessado em: 01 de fev. 2013.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso – Princípios e Procedimentos**. 1ª Ed., São Paulo: Pontes, 1999.

PEREIRA, P. **Urbano, demasiadamente humano**: uma reflexão político-afetiva da remoção de moradores da comunidade Jaraguá. Dissertação de Mestrado. UFAL. Mestrado em Sociologia, Maceió: 2005

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. 2ª Ed., São Paulo: Contexto, 2010.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. 2ª Ed., São Paulo: Insular, 2005.